

METODOLOGIAS DE DELIMITAÇÃO RURAL-URBANA: ANÁLISE COMPARATIVA DE APLICABILIDADE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, BRASIL

Fernando Goulart Rocha – UNESC
fer@unesc.net

A discussão acerca da conceituação do espaço rural e de que forma este se diferencia do espaço urbano tem orientado uma série de trabalhos que buscam de algum modo apontar critérios para identificá-los e defini-los de maneira coerente e precisa. As distintas conceituações acerca do rural e do urbano tornam-se cada vez mais difíceis à medida que se ampliam as heterogeneidades no interior destes espaços. Os diferentes indicadores utilizados na delimitação setorial entre áreas rurais e urbanas são contribuintes ao surgimento de definições reducionistas, que caracterizam o “rural” simplesmente como oposto ao que comumente se denomina “urbano”. Neste sentido, um grande número de definições que surgem com o intuito de expressar as características e a organização específica presente nestes espaços, tem se fundamentado na idéia de complemento ou de resíduo na contraparte entre o rural e o urbano. Convém observar que parte dos pressupostos que levam a tais imprecisões conceituais advém, por vezes, da problemática envolvida pela utilização de determinada metodologia de diferenciação rural-urbana. A adoção de uma referida metodologia, apesar de aparentemente inócuo, apresenta repercussões que se alastram sob diversos vieses. No caso brasileiro, onde os municípios empregam a delimitação administrativa como modelo na tarefa de diferenciação entre áreas urbanas e rurais, considera-se urbana a área circunscrita pelo perímetro urbano, freqüentemente estipulada e traçada pelos setores de planejamento das prefeituras, estando baseado em uma metodologia físico-territorial. Contudo, a generalização no uso do modelo de delimitação administrativa, repercute, em âmbito nacional, em dificuldades em se analisar as especificidades dos espaços rural e urbano, pois tal empreendimento, de acordo com Veiga (2000) é confuso, pois o país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características. Como resultado da delimitação arbitrária do perímetro urbano nos municípios, têm-se percebido a diminuição acelerada e contínua da população rural, não apenas relacionada às transformações promovidas exclusivamente pela urbanização, mas, também, pela constante expansão dos limites do perímetro urbano que transferem, apenas administrativamente, populações rurais em urbanas. Deste modo, o atual modelo de delimitação administrativa entre áreas urbanas e rurais adotado no Brasil apresenta-se arbitrário e pouco eficiente, seguindo critérios que pouco se

preocupam em analisar variáveis mais abrangentes, entre elas, a lógica local e regional das relações campo-cidade, bem como da reprodução do capital nestes espaços. *Objetivos:* a) analisar, comparativamente, diferentes modelos de delimitação rural-urbana, contrastando-os com os atuais critérios de delimitação entre áreas rurais e urbanas aplicados nos municípios da região sul do estado de Santa Catarina; b) discutir potencialidades e aplicabilidade de modelos diferenciados de delimitação rural e urbana de maneira a subsidiar políticas de planejamento regional e local. *Metodologia:* análise e interpretação de metodologias de delimitação rural-urbana através do *pattern-matching*. Tal estratégia tem a finalidade de comparar dados entre modelos diferenciados e verificar a correspondência entre a construção teórica e a situação observável em campo. A partir da base de dados preliminar, aplicaram-se critérios correspondentes a outros modelos de delimitação rural-urbana estruturados analiticamente na realização do estudo. *Resultados:* A pesquisa mostrou disparidades na aplicação diferenciada de metodologias de diferenciação rural-urbana, tornado evidente os valores discrepantes do total da população urbana em relação a rural quando pautado no critério de delimitação administrativa. A população rural, definida pela delimitação administrativa nos municípios selecionados, compreende a aproximadamente 23,53% da população total. Todavia, adotando-se a metodologia do patamar populacional, com limite de delimitação de áreas rurais acima de 20.000 habitantes, a população rural estimada ascendeu a 40,58%. A aplicação de uma terceira metodologia, considerando a densidade demográfica, com valor referência de 180 habitantes por km², mostrou que a população rural corresponde à parcela ainda maior no contexto regional, em torno de 42,79% da população total. Estes dados são significativos na escala sul catarinense, região constituída por um conjunto de municípios onde as atividades do espaço rural representam importante vetor econômico, ainda que sob lógicas locais específicas. Além disso, as pesquisas de campo demonstraram que, áreas de predomínio de atividades rurais foram sucessivamente incorporadas ao perímetro urbano dos municípios, intencionalmente comandadas mais por interesses fiscais governamentais, e menos por mudanças estruturais na produção e no modo de vida das populações. Neste sentido, a partir dos dados coletados em campo e sistematizados pela aplicabilidade de diferentes metodologias de diferenciação rural-urbana, considerou-se os resultados por critérios de densidade demográfica como os mais promissores na aproximação proporcional da população rural regional. Por outro lado, na intenção de aperfeiçoamento de aplicabilidade da referida metodologia, deve-se considerar mudanças na ordem fiscal vigente sobre propriedades rural e urbana, formas de organização social e do trabalho rural, bem como o papel das atividades deste espaço nas economias locais.

BIBLIOGRAFIA

VEIGA, J. E. da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editores Associados, 2002.